



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**PALESTRA DE S. EXA. O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
KAY RALA XANANA GUSMÃO
NA UNIVERSIDADE NACIONAL DO VIETNAME SOBRE O TEMA DA
CONSTRUÇÃO DO ESTADO: A EXPERIÊNCIA DE TIMOR-LESTE NO
CONTEXTO DO SUDESTE ASIÁTICO**

Hanoi, Vietnam

3 de Setembro de 2013

Excelências,
Magnífico Reitor, Professor Nguyen Van Khanh
Distintos Membros do Corpo Docente
Distintos Oradores
Senhoras e Senhores

Caros Estudantes,

É para mim um grande prazer e uma grande honra estar aqui hoje, a usar da palavra, na Universidade Nacional do Vietname.

A Universidade Nacional do Vietname é uma instituição fundamental para o progresso notável que a vossa Nação tem registado, desempenhando igualmente um papel importante na nossa região.

Compreendereis que é sempre difícil para alguém como eu, que nunca foi aluno universitário, vir aqui dirigir-me a uma plateia tão distinta.

Faço votos que a minha palestra sobre a construção do Estado em Timor-Leste, a nação mais jovem do Sudeste Asiático, sirva para reforçar os laços de amizade que unem os nossos povos, sobretudo ao nível das gerações mais jovens de vietnamitas e timorenses.

Senhoras e Senhores
Caros Estudantes,

Esta ocasião é uma oportunidade única para vos dar a conhecer um pouco sobre nós, o povo timorense, e sobre o nosso passado, o nosso presente e o que queremos para o futuro.

Em última instância, o Vietname e Timor-Leste têm experiências semelhantes nas suas histórias. Ambos os nossos países foram ocupados e dominados sucessivamente por potências estrangeiras e, como consequência de guerras para reconquistar as nossas respectivas soberanias, tanto o Vietname como Timor-Leste conheceram a devastação e a destruição a nível económico, social e cultural.

No seguimento da revolução dos cravos em Abril de 1974, e após mais de 400 anos de domínio colonial, Portugal anunciou que iria conceder a independência às suas colónias.

No mesmo ano em que se previu o fim da chamada “Guerra do Vietname”, iniciámos o nosso próprio processo de descolonização.

O Vietname declarou a sua independência a 2 de Setembro de 1945 (um ano antes do meu nascimento), e permiti-me dar aqui os parabéns a todos vós pelo vosso 68.º aniversário, celebrado ontem. No dia 28 de Novembro de 1975, também nós

declarámos unilateralmente a nossa independência. O Vietname foi um de quinze países que reconheceram imediatamente a nossa independência.

Contudo, nove dias depois, mais concretamente a 7 de Dezembro de 1975, fomos invadidos e subseqüentemente anexados pela Indonésia. Assim, no mesmo ano em que a guerra do Vietname chegou ao fim, teve início uma nova guerra no Sudeste Asiático.

Se a guerra no Vietname durou trinta anos, já o povo de Timor-Leste teve de suportar a sua durante vinte e quatro. Enquanto grande parte da guerra aqui no Vietname foi travada no palco global, filmada diariamente pelos meios de comunicação social e transmitida nos telejornais da noite, o mundo ignorou em grande medida a guerra que o povo de Timor-Leste travou contra a ocupação brutal.

Começámos a nossa resistência contra a invasão através de um tipo de guerra convencional, com trinta mil armas contra batalhões, morteiros, canhões e tanques.

Ainda me recordo da comunicação por rádio no dia 31 de Dezembro de 1975 entre o então Primeiro-Ministro, Nicolau dos Reis Lobato, e o Ministro da Defesa, Rogério Lobato, que na altura se encontrava no estrangeiro. O Primeiro-Ministro Nicolau perguntou se seria possível adquirir alguns materiais e o Ministro da Defesa Rogério respondeu que o Vietname estava disposto a oferecer muitas armas, mas que o problema seria transportá-las para Timor-Leste.

A vossa luta e a vossa vitória foram sempre uma inspiração para nós, sobretudo nas horas mais difíceis em que estávamos sós e sem qualquer ajuda vinda do estrangeiro.

Em face da impossibilidade de recebermos apoio de fora, as nossas armas e munições começaram a gastar-se e nos anos de 1977 e 1978 já não conseguíamos fazer face às operações em grande escala dos ocupantes. Com toda a população sob o jugo da força invasora, as Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) foram perdendo homens e armas, chegando a uma situação em que contavam apenas com setecentas e cinquenta espingardas.

Mais pior ainda, quase todos os altos quadros políticos e militares tinham sido eliminados, restando apenas três membros do Comité Central vivos, incluindo eu próprio.

Foi uma situação terrível para o nosso povo, com centenas de milhares a morrerem em resultado de balas, fome, doença e ataques aéreos perpetrados pelos aviões OBV-10 que haviam sido usados pelos americanos aqui no Vietname e posteriormente vendidos à Indonésia.

Em 1979, após assumir a liderança da luta, procurei entender o que era a 'guerra de guerrilha'. Uma das guerras de libertação que estudei foi justamente a do Vietname, com o intuito de entender o conceito, os princípios e a sua possibilidade de aplicação.

E foi assim que começámos a nossa guerra de guerrilha, a qual se prolongou por vinte e um anos, guiados pelo princípio de ‘contar connosco’ para uma ‘guerra dura e longa’. O lema ‘Resistir é vencer’ simbolizou a mobilização integral de todos os timorenses que aceitaram qualquer sacrifício para libertar a terra sagrada dos seus antepassados.

Mil e quinhentos guerrilheiros armados, nas montanhas e vales, o povo e sobretudo os jovens nas aldeias e vilas ocupadas, e os patriotas na diáspora, possibilitaram uma luta com três frentes: a frente armada, a frente clandestina e a frente diplomática.

Durante vários anos difíceis esta estratégia veio a revelar-se eficaz, até que por fim, no ano de 1999, foi permitido ao nosso povo votar num referendo pela independência.

Assim, no dia 30 de Agosto de 1999, e apesar de um clima de violência, o nosso povo votou esmagadoramente pela independência. Posso dizer que foi ainda na semana passada que celebrámos o 14.º aniversário do Referendo, um feriado nacional celebrado pela nossa nação.

Infelizmente, porém, o Referendo trouxe mais mortes e mais destruição em todo o país. Embora o nosso povo fosse livre, grande parte do país tinha sido destruído e tivemos de começar a construir uma nova nação a partir do zero.

Senhoras e Senhores
Caros Estudantes,

À semelhança do que acontece com o Vietname, temos uma história de coragem, determinação e espírito de luta em prol da liberdade. Também à semelhança do que aconteceu com o Vietname, acabámos por triunfar na nossa luta e conquistámos a nossa independência.

Agora, e uma vez mais tal como acontece com o Vietname, enfrentamos o desafio de construir uma nova nação a partir das chamas da nossa história brutal.

É claro que a vossa nação está muitas décadas à nossa frente. O Vietname registou já progressos sociais e económicos notáveis.

E ainda que o processo de construção de Estado seja diferente para cada país e para cada contexto, sabemos que há muitas lições que podemos aprender.

A vossa história nota que no ano de 1986 os líderes políticos vietnamitas deram início à abordagem ‘Doi Moi’. Também em 1986, numa altura em que estávamos isolados do mundo, iniciámos um processo de reforma política que nos permitiu abrir o caminho para o actual sistema político que orienta a República Democrática de Timor-Leste.

Isto traz-me ao nosso tema de hoje, que é o lugar de Timor-Leste no Sudeste Asiático e o nosso processo de construção de Estado.

Senhoras e Senhores
Caros Alunos e Alunas,

Foi em finais do ano de 1999 que demos início aos esforços de construção do Estado, quando o nosso país estava sob a administração as Nações Unidas, que nos ajudaram a erguer as nossas instituições do Estado.

Por fim, no dia 20 de Maio de 2002, assumimos as rédeas do nosso destino e a República Democrática de Timor-Leste renasceu como nação independente e soberana.

Tornámo-nos então a nação mais jovem do mundo e somos ainda hoje a nação mais jovem do Leste e do Sudeste Asiático.

Isto significa que os nossos vizinhos do Sudeste Asiático tiveram mais tempo para consolidar os seus Estados e para construir as suas nações soberanas. Timor-Leste regista com agrado o facto de os países da ASEAN se identificarem com o nosso desafio e estarem prontos a ajudar-nos.

É também interessante observar que Timor-Leste conquistou a sua independência por volta da mesma altura em que o nosso vizinho mais próximo, a Indonésia, iniciou a sua reforma democrática. Isto significa que olhamos de muitas formas para o progresso da Indonésia à medida que desenvolvemos a nossa nação.

Timor-Leste teve também o privilégio de poder contar com a assistência de um vasto número de parceiros de desenvolvimento generosos que apoiaram o nosso processo de construção do novo Estado. Ainda assim, sempre soubemos que a responsabilidade pelo nosso futuro, pertence aos timorenses.

Contudo, embora tivéssemos conquistado a independência, não possuíamos um aparelho de Estado nem os recursos humanos de que precisávamos. Além disso, não tínhamos experiência em governação, não tínhamos infra-estruturas e não tínhamos capacidade financeira.

Por outro lado, o nosso povo tinha grandes expectativas em relação à independência. Após muitos anos de sacrifício e luta, o povo sentia com razão que tinha direito a viver em melhores condições e exigia resultados imediatos.

Sabemos que este tem sido um desafio comum aos países da nossa região. Com a independência e com um forte crescimento populacional, a procura por cuidados de saúde, educação, desenvolvimento e serviços governamentais cria pressões em vários pontos do Sudeste Asiático. À semelhança do que aconteceu com muitos países na nossa região, também Timor-Leste enfrentou por vezes perturbações a nível da unidade nacional, a qual é um factor fundamental para a construção do Estado.

Assim, nos nossos primeiros anos os desafios enfrentados eram enormes e as

expectativas eram tão elevadas que tivemos problemas a nível de coesão política e social. Os desafios eram agravados pelo facto de o nosso povo estar traumatizado social e psicologicamente pelos acontecimentos do passado. Nesta transição a nossa sociedade perdeu o norte e confundiu direitos com deveres ou obrigações que deveríamos continuar a ter para com a nossa pátria.

Timor-Leste enredou-se num ciclo de violência que via eclodir conflitos a cada dois anos. Por fim, em 2006 tivemos uma grave crise política que conduziu a confrontos entre a polícia e as forças armadas. Houve violência disseminada, casas incendiadas e mais de 10% dos nossos cidadãos tornaram-se deslocados internos. Durante este período de inquietação, que se prolongou por 2007, receámos que o nosso país se dilacerasse.

Muitos na comunidade internacional começaram a afirmar que nos estávamos a tornar um Estado falhado. Foi-nos dito que iríamos precisar de pelo menos uma década para resolver o problema dos deslocados internos. Perante estes comentários internacionais que em grande medida não reflectiam as realidades da nossa sociedade, reforçámos a nossa crença de que só os timorenses é que podiam verdadeiramente compreender o nosso contexto.

Sabemos que é comum nações pós-guerra no mundo inteiro, em especial na África, registarem situações de conflito e inquietação. Olhando para exemplos mais próximos, podemos ver na experiência do Sudeste Asiático que muitos países têm tido dificuldade em manter a sua unidade nacional. Mesmo hoje, algumas das nações da nossa região continuam a debater-se com preocupações internas. Porém, ainda que não fôssemos os únicos a registar perturbações internas muito pouco tempo após a independência, ficámos chocados com o que estava a acontecer no nosso país.

Esse período difícil ajudou-nos a compreender que precisávamos unir-nos e reconciliar as nossas diferenças, bem como reflectir sobre o caminho destrutivo que o nosso povo estava a tomar. Era igualmente necessário encetar um diálogo com todos os cidadãos timorenses para dar resposta às causas subjacentes aos nossos problemas.

Enquanto nação, reconhecemos que não era possível criar um Estado sem criar a paz. Isto significou que tivemos de aceitar a nossa fragilidade, começar a remar para o mesmo lado e começar a responder honestamente aos nossos problemas.

Isto era algo que só nós próprios podíamos fazer. Tínhamos de aceitar que a independência acarretava responsabilidade e que por conseguinte tínhamos de abdicar de velhas rivalidades e conflitos para olhar unidos para o futuro. Precisávamos ter um entendimento mais amplo sobre os ângulos políticos de cada questão, de modo a ser possível encontrar soluções e conseguir resultados reais.

Em suma, era essencial assumirmos a liderança e a pertença em relação aos nossos problemas e às respectivas soluções.

Foi também nessa altura que iniciámos realmente o processo de alteração das mentalidades e comportamentos. Através dos resultados destes esforços demos um exemplo ao resto da população, mostrando uma visão do que era possível atingir caso trabalhássemos juntos.

Graças a este processo de construção da paz conseguimos lidar com as questões que se deparavam ao nosso país e conseguimos garantir a segurança e a estabilidade.

Isto significou também que tivemos de encetar num processo de reforma institucional do Estado, com vista a reforçar as nossas instituições públicas e a introduzir programas de governo para dar resposta a problemas sociais.

Embora tivéssemos começado, em 2002, sem dinheiro e fortemente dependentes da ajuda dos parceiros de desenvolvimento, a partir de 2004 tivemos a sorte de começar a receber rendimentos provenientes das reservas petrolíferas no Mar de Timor. Assegurámos que tínhamos sistemas estabelecidos para responder às necessidades urgentes de hoje, sem com isso comprometer os rendimentos para as gerações futuras. Criámos um Fundo Petrolífero que passou de 1,8 mil milhões de dólares em 2007 para mais de 13 mil milhões de dólares actualmente.

Investimos na capacitação do sector da segurança, visando melhorar o profissionalismo da Polícia e das Forças Armadas e iniciando uma nova etapa de cooperação e solidariedade entre as duas instituições.

Começámos a pagar pensões aos nossos veteranos, idosos, deficientes, viúvas e órfãos. Introduzimos também medidas semelhantes de justiça social para outros grupos vulneráveis tais como mulheres, crianças e jovens.

Juntos enquanto nação, conseguimos forjar a paz. Foi nessa altura que percebemos que a construção da Paz e a construção do Estado eram dois lados da mesma moeda, com cada lado a reforçar e a apoiar o outro.

Senhoras e Senhores
Caros Estudantes,

Estabelecidos os alicerces de paz e segurança, sabíamos que muitos dos nossos vizinhos regionais tinham desenvolvido planos nacionais para ajudar a planear estratégias de desenvolvimento e a lançar reformas importantes. Entre estes países incluem-se a Indonésia, a Tailândia, as Filipinas, a Malásia e, claro, o Vietname.

Em face desta abordagem comum no Sudeste Asiático, percebemos também que Timor-Leste precisava de um plano para estabelecer um quadro para o desenvolvimento, definir alvos para os nossos esforços e dar ao nosso povo esperança e certezas relativamente ao futuro.

Deste modo, lançámos em 2011 o *Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-*

Leste para 2011 a 2030, o qual contém um quadro abrangente para, até 2030, transformar o nosso país numa nação com rendimentos médio-altos e uma população instruída, saudável e a viver em segurança.

Para este futuro, estamos a pedir aos nossos cidadãos que demonstrem a mesma dedicação e empenho para com a construção da nação que demonstraram aquando da luta pela autodeterminação. Outrora sonhámos com a independência, hoje sonhamos com o desenvolvimento.

Começámos a implementar o nosso Plano e já estamos a obter alguns resultados espantosos.

Há muitas formas em que podemos medir o nosso progresso. Uma destas formas é o crescimento económico, sendo que Timor-Leste vem a crescer a uma média de 11,9% ao ano desde 2007 e que o Fundo Monetário Internacional prevê que este nível de crescimento irá continuar no futuro.

Porém sabemos também que o crescimento precisa ser equilibrado e que é necessário partilhar os benefícios de forma inclusiva. Adoptámos programas de desenvolvimento local para criar emprego e melhorar as condições de vida das populações em zonas rurais e estamos a incidir na prestação de serviços nas áreas da saúde, electricidade e água e saneamento, bem como no acesso à educação e aos mercados.

É importante referir que estamos igualmente a iniciar um processo de descentralização, com o intuito de aproximar a prestação de serviços das pessoas e de tornar as comunidades locais responsáveis pelas decisões que se referem a questões locais.

Concluámos o maior projecto de infra-estruturas da história do nosso povo, construindo uma rede eléctrica nacional com geração e distribuição de energia por todo o país.

Estamos também a encetar um programa de infra-estruturas que visa criar a base para o futuro económico sustentável da nossa nação. Este programa incluirá um novo porto nacional, trabalhos alargados de melhoramento no aeroporto nacional, uma rede rodoviária e o desenvolvimento alargado da nossa costa sul, a fim de se tornar um centro sub-regional para a indústria petrolífera.

Estamos a avançar na direcção correcta e estamos a construir a nossa Nação.

Sabemos que temos ainda muitos desafios pela frente e que o processo de construção do Estado e de construção nacional é permanente. Todavia temos um plano e temos o mesmo empenho em desenvolver a nossa nação que outrora tivemos em libertá-la.

Senhoras e Senhores
Caros Estudantes,

Enquanto continuamos a tarefa árdua de desenvolver o nosso país, temos consciência de que o fazemos enquanto parte do Sudeste Asiático. Na verdade, pertencer ao contexto do Sudeste Asiático é algo que nos dá uma grande esperança e que nos dá razões para estarmos confiantes.

Numa altura de debilidade económica global, a Ásia continua a registar progressos incríveis. A Ásia engloba algumas economias emergentes, incluindo a China, a Indonésia e o Vietname, que estão a impulsionar o crescimento mundial, retirando milhões de pessoas da pobreza e transferindo peso económico e estratégico a nível internacional para a nossa região. O Sudeste Asiático é uma parte central desta notável transformação asiática.

A melhoria da governação e o investimento no desenvolvimento humano e físico, bem como o acesso a capital estrangeiro e nacional, ajudaram a alimentar este incrível crescimento da Ásia. Basta olhar para os notáveis progressos económicos do Vietname desde a década de 1990 para termos uma ideia das possibilidades que se estendem diante de nós.

Em Timor-Leste vemos a nossa missão de construção do Estado e de construção nacional no contexto do crescimento e da promessa do Sudeste Asiático.

Estando o futuro do nosso país ligado ao Sudeste Asiático, conhecemos os desafios que a região enfrenta e sabemos que o seu futuro está dependente de relações internacionais estáveis, amigáveis e positivas.

Estamos preocupados com algumas tensões regionais crescentes, muitas das quais são alimentadas por diversas pretensões territoriais complexas e concorrentes. Estas tensões estão a aumentar, ao mesmo tempo que a prosperidade crescente da região permite às nações modernizar e aumentar as suas forças de defesa.

No último mês de Maio, aquando do Diálogo sobre Defesa de Shangri-la, S. Exa. o Primeiro-Ministro do Vietname apelou no seu discurso à Confiança Estratégica entre Estados e decisores mundiais, uma vez que só a Confiança pode dissipar a suspeição e os mal-entendidos e minimizar as tensões através do diálogo.

Em Timor-Leste contamos com os líderes internacionais para gerir as nossas tensões regionais de boa-fé e de acordo com os melhores interesses da nossa segurança e prosperidade comuns.

Acreditamos que Timor-Leste, pelo menos de uma forma reduzida, tem demonstrado os benefícios de procurar a reconciliação e de deixar para trás os passados de conflito. A nossa nação tem actualmente uma relação extremamente amigável com a Indonésia. Ao invés de nos deixarmos escravizar pelo trauma da nossa história, preferimos honrar a nossa luta trabalhando juntos em prol de um futuro melhor para os nossos povos. Sabemos que a Indonésia e Timor-Leste não partilham apenas uma ilha, partilham também um futuro.

Em Agosto de 2005 viajei do Vietname para Bali, onde me encontrei com o Presidente da Indonésia. Aí, como parte do processo de reconciliação, acordámos o estabelecimento de uma Comissão de Verdade e Amizade para lidar com as atrocidades cometidas durante a guerra e pôr finalmente um ponto final no passado trágico entre as nossas duas nações.

Actualmente, e tal como muitos de vós possivelmente sabereis, Timor-Leste apresentou também a sua candidatura a tornar-se membro da ASEAN. A ASEAN tem sido uma história de sucesso global, estabelecendo uma região de paz, cooperação e desenvolvimento. A ASEAN constitui um modelo e uma aspiração para muitas regiões do mundo.

Uma vez que Timor-Leste pertence ao Sudeste Asiático, queremos também fazer parte da ASEAN e juntos contribuir para o crescimento regional, o progresso social e o desenvolvimento cultural, tudo num espírito de parceria. Sentimos que somos uma parte integrante desta vizinhança e temos um forte sentido de solidariedade regional para com os nossos amigos do Sudeste Asiático – somos um de vós.

Sabemos também que precisamos trabalhar juntos em questões regionais, incluindo a gestão das ameaças de segurança a nível transfronteiriço, e cooperar nas áreas de assistência humanitária, auxílio a situações de desastre e gestão ambiental. Isto inclui a abordagem das alterações climáticas, as quais estão a fazer com que algumas nações, como a República de Kiribati, as Ilhas Marshall e Tuvalu, se afundem lentamente na imensidão do oceano.

Timor-Leste sabe muito bem que o nosso esforço de construção do Estado depende da nossa integração regional. Para dar apenas um exemplo, Timor-Leste continua a depender do Vietname para o fornecimento do arroz que assegura a nossa segurança alimentar.

Também em 2005, durante a minha visita de Estado ao vosso país, tive a oportunidade de visitar o Instituto de Agricultura e fiquei impressionado com os seus programas. Estamos a procurar ser autossuficientes a nível agrícola, pelo que durante esta visita conto explorar oportunidades para aprender com os conhecimentos técnicos e com a experiência dos nossos irmãos e irmãs do Vietname.

Senhoras e Senhores
Caros Estudantes,

Sendo uma nação pequena e sujeita aos desenvolvimentos mundiais a nível económico, comercial e político, assim como empenhada em ser um membro respeitável da comunidade internacional, o progresso de Timor-Leste inclui também o nosso envolvimento para além da nossa região, de forma a cobrir todo o globo.

Timor-Leste quer igualmente abordar os problemas com a assistência ao

desenvolvimento e o envolvimento internacional em países frágeis e em vias de desenvolvimento. Ao longo dos anos temos assistido a muito dinheiro a ser gasto em nome da assistência internacional para obter resultados muito módicos.

Sendo uma nação pequena, Timor-Leste não pode fazer isto sozinho. É necessário criar solidariedade internacional entre os Países Menos Desenvolvidos para garantir que os nossos interesses são representados e que as nossas vozes são ouvidas. Se não estivermos unidos, estaremos simplesmente demasiado vulneráveis a sistemas complexos e a atitudes enraizadas para os quais as vidas dos nossos cidadãos aparecem sempre em último lugar.

É por esta razão que é imperativo haver um novo paradigma. A Crise Financeira Global deixou bem claro que a banca internacional age apenas segundo o que é melhor para ela. As leis financeiras são deveras susceptíveis à especulação e à manipulação, e se por um lado perdemos a confiança no sistema, por outro continuamos sujeitos a ele.

Precisamos de políticas financeiras internacionais que ponham as pessoas acima da ganância, dos lucros e dos interesses egoístas, para que não façamos aumentar a miséria e o isolamento humano.

Uma parte importante desta abordagem é o trabalho com o g7+, o qual é uma colaboração nova e inovadora entre 18 Estados frágeis.

O grupo foi formado em 2010 para dar uma voz unida a países frágeis e para defender alterações a nível das políticas de desenvolvimento global. O g7+ sabe, às suas custas, que sem paz e estabilidade não é possível haver desenvolvimento. Nenhuma nação frágil ou afectada por conflito conseguiu concretizar um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Isto significa que não será possível erradicar a pobreza do mundo sem primeiro dar resposta às questões dos países frágeis e afectados por conflitos. É por esta razão que as nações do g7+ têm vindo a trabalhar juntas para garantir que a agenda de desenvolvimento pós-2015 aborda a necessidade de paz e de estabilidade.

Esta mensagem foi repetida de forma bem clara quando as nações do g7+ e alguns dos nossos vizinhos da Ásia e das Ilhas do Pacífico se reuniram em Díli, em Fevereiro do presente ano, numa conferência internacional organizada pelo meu Governo sob o tema “Desenvolvimento para Todos. A Conferência resultou no “Consenso de Díli”, o qual define as nossas prioridades e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

O Consenso de Díli reconheceu que as abordagens padrão ao desenvolvimento fracassaram e que os desafios que enfrentamos variam consoante o contexto local. Isto significa que os problemas e soluções para conseguir desenvolvimento humano numa nação do Sudeste Asiático não serão idênticos aos registados numa nação-ilha do Pacífico.

Não será possível erradicar a pobreza na Ásia-Pacífico, e no resto do mundo, sem primeiro dar resposta à questão da fragilidade global e sem pôr fim ao tão dispendioso aparato de guerra que provoca instabilidade, exclusão, fome e morte em tantos lugares espalhados pelo mundo.

As nações do mundo reunir-se-ão numa sessão especial das Nações Unidas no dia 25 de Setembro para acordar um novo conjunto de objectivos de desenvolvimento sustentável. Timor-Leste orgulha-se de a sua Ministra das Finanças, Emília Pires, ter sido um dos membros do Painel de Alto Nível que aconselhou o Secretário-Geral das Nações Unidas a respeito desta agenda.

Em Abril do presente ano Timor-Leste teve a honra de assumir a presidência da 69ª Sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, pelo que tenho o privilégio de presidir a sessão ao longo do próximo ano e de trabalhar com a ESCAP e com as nações da Ásia-Pacífico a fim de conseguir mais progressos e de melhorar o desenvolvimento humano.

Nesta sessão os desafios que os países da Ásia-Pacífico enfrentam foram debatidos com vista sobretudo a integrar mais eficazmente os planos e as acções a nível regional e sub-regional, de modo a minimizar desequilíbrios e a providenciar melhor conectividade para quebrar o isolamento de alguns países.

Neste contexto, estamos contentes por ver a Viettel a operar no vosso país.

Senhoras e Senhores
Caros Estudantes,

Em Maio celebrámos onze anos de independência e já conseguimos grandes progressos a nível de construção de Estado e de construção da Nação. Porém, isto não quer dizer que haja um modelo que garanta sucesso a quem o adopte.

Todas as nações devem definir o seu próprio percurso de acordo com os seus contextos, as suas histórias e as suas realidades. O Vietname, com a sua história orgulhosa de luta pela independência e com os seus progressos económicos assinaláveis, constitui igualmente um modelo para o mundo em termos de progresso nacional.

A Universidade Nacional do Vietname contribuiu de forma inestimável para este processo, através do qual uma nação com mais de 90 milhões de habitantes diversificou a sua economia, conseguiu crescimento económico sustentável e reduziu a pobreza de forma significativa.

Estou certo que a Universidade Nacional do Vietname continuará a ser chamada para participar nas oportunidades da vossa nação, à medida que o Vietname cresce e se torna numa potência económica regional e numa das maiores economias do mundo.

Muito obrigado por estarem aqui hoje presentes e por ouvirem falar sobre o progresso do processo de construção do Estado e da Nação de Timor-Leste no contexto da nossa região do Sudeste Asiático.

Espero ter despertado o vosso interesse em Timor-Leste e aproveito esta oportunidade para encorajar todos vós a visitarem o nosso belo país.

Muito obrigado.

3 de Setembro de 2013
Kay Rala Xanana Gusmão